



PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às Demonstrações Regulatórias	
1 Contexto operacional	10
2 Políticas contábeis	11
2.1 Declaração de conformidade	11
2.2 Base de elaboração	11
2.3 Ativos e passivos regulatórios	12
2.4 Imobilizado	12
2.5 Demonstrações de fluxo de caixa	13
2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022	14
2.7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas	14
3 Reapresentação dos valores correspondentes	16
4 Caixa e equivalentes de caixa	21
5 Consumidores	22
6 Partes relacionadas	23
7 Tributos a recuperar	23
8 Ativos e passivos financeiros setoriais	24
9 Imobilizado e intangível	25
10 Fornecedores	26
11 Tributos a recolher	27
12 Encargos setoriais	27
13 Outras contas a pagar	27
14 Provisões para contingências	28
15 Obrigações vinculadas à concessão	28
16 Patrimônio líquido	29
17 Receita líquida	30
18 Custos não gerenciáveis – parcela “A”	31
19 Pessoal e administradores	32
20 Serviços de terceiros	32
21 Outras receitas operacionais	32
22 Resultado financeiros	33
23 Imposto de renda e contribuição social	33
24 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societários	34
25 Conciliação do resultado do exercício regulatório e societário	36
26 Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco	37
27 Seguros	38
28 Eventos subsequentes	38



Centro Empresarial Queiroz Galvão - Torre Cícero Dias
Rua Padre Carapuço, 858
8º andar, Boa Viagem
51020-280 - Recife - PE - Brasil
Tel: +55 81 3201-4800
Fax: +55 81 3201-4819
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Sócios e Administradores da
Força e Luz Coronel Vivida Ltda.
Coronel Vivida-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“Empresa” ou “Forcel”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria da Empresa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em decorrência da correção de erros de competência de períodos anteriores, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Empresa elaborou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório do auditor independente separadamente, sem modificação, com data de 04 de agosto de 2023.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 04 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/O



Henrique Piereck de Sá
Contador CRC PE 023398/O

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	4	3.305	3.694	4.405
Consumidores	5	2.616	4.747	3.889
Estoques		59	30	30
Tributos a recuperar		63	31	34
Ativos regulatórios	8	2.268	3.411	1.998
Adiantamento a terceiros		-	84	44
Despesas antecipadas		-	11	8
Outros créditos		331	119	147
		8.642	12.127	10.555
NÃO CIRCULANTE				
Tributos a recuperar	7	5.878	7.223	9.133
Depósitos judiciais		89	104	79
Tributos diferidos		-	-	53
Outros créditos		177	152	153
Imobilizado	9	12.990	8.349	8.281
Intangível	9	228	-	-
		19.362	15.828	17.699
TOTAL DO ATIVO		28.004	27.955	28.254
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	10	4.031	5.017	5.288
Empréstimos e financiamentos		262	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		296	296	295
Tributos a recolher	11	521	1.588	1.297
Encargos setoriais	12	717	1.151	2.188
Passivos regulatórios	8	4.378	769	580
Lucros a distribuir		584	596	622
Outras contas a pagar	13	9.030	14.721	14.912
		19.819	24.138	25.182
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		523	-	-
Provisão para contingências	14	-	-	85
Tributos diferidos	23	1.001	172	186
Obrigações vinculadas à concessão	15	1.155	1.157	979
		2.679	1.329	1.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.506	2.488	1.822
Capital social	16	7.257	7.257	7.345
Lucros e prejuízos acumulados		(3.693)	(5.102)	(5.885)
Reavaliação regulatória		1.942	333	362
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.004	27.955	28.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021 (reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL		44.945	47.783
Fornecimento de energia elétrica		36.866	43.555
Ativos e passivos regulatórios		3.457	1.369
Serviços cobráveis		91	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		4.531	2.783
(-) Deduções da receita operacional		(12.630)	(16.833)
PIS_PASEP		(494)	(518)
COFINS		(2.281)	(2.386)
ICMS		(9.814)	(13.903)
ISSQN		(41)	(26)
(-) Encargos - Parcela "A"		(7.709)	(5.875)
(-) Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(133)	(112)
(-) Programa de eficiência energética - PEE		(131)	(112)
Conta de desenvolvimento energético. - CDE		(5.108)	(4.435)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(27)	(28)
Bandeiras tarifárias		-	(122)
Consumidores livres desconto		(2.310)	(1.066)
Receita líquida	17	24.606	25.075
Custo das atividades operacionais			
Custos com energia elétrica para revenda		(15.496)	(17.818)
	18	(15.496)	(17.818)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		9.110	7.257
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(8.399)	(6.270)
Pessoal e administradores	19	(5.003)	(4.642)
Material		(566)	(194)
Serviços de terceiros	20	(1.969)	(767)
Arrendamentos e aluguéis		(193)	(115)
Seguros		(53)	(32)
Provisões		(121)	29
(-) Recuperação de despesas		313	272
Tributos		(77)	(65)
Depreciação e amortização		(463)	(481)
Gastos diversos		(267)	(275)
Outras receitas operacionais	21	943	(198)
Outras despesas operacionais		(258)	(256)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		685	(454)
Resultado da atividade		1.396	533
Resultado financeiro	22	708	858
Receita financeira		2.007	1.661
Despesa financeira		(1.299)	(803)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		2.104	1.391
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23	(720)	(608)
Correntes		(720)	(555)
Diferidos		-	(53)
Lucro líquido do exercício		1.384	783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
		(reapresentado)
Resultado do exercício	1.384	783
Reserva de reavaliação	1.609	(29)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	2.993	754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	7.345	362	(5.885)	1.822
Redução de capital social	(88)	-	-	(88)
Lucro líquido do exercício	-	-	783	783
Realização de bens em serviço	-	(29)	-	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	7.257	333	(5.102)	2.488
Remuneração das imobilizações em curso	-	1.634	-	1.634
Lucro líquido do exercício	-	-	1.384	1.384
Realização de bens em serviço	-	(25)	25	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.257	1.942	(3.693)	5.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021 (representado)
Atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.104	1.391
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	463	481
Perdas de depreciação de VNR por baixas de bens não reversíveis	3	-
Juros e variações monetárias, líquidas	(2.128)	(360)
Participação financeira do consumidor	(2)	178
Provisão para perdas créditos esperados	11	21
Reversão de provisão de contingências	-	(85)
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	3.132	922
Baixas líquidas de obrigações vinculadas a concessão	(27)	-
Inventário de estoque – material em depósito	(551)	-
	3.005	2.548
Redução (aumento) dos ativos		
Consumidores	2.121	(878)
Estoques	(29)	-
Tributos a recuperar	(58)	-
Atividades financeiras e setoriais	1.195	(1.315)
Depósitos judiciais	15	(25)
Outros créditos	(143)	(14)
	3.101	(2.232)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(216)	(271)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1
Tributos a recolher	1.015	1.853
Tributos diferidos	-	-
Encargos setoriais	(435)	(1.036)
Passivos financeiros setoriais	3.609	189
Outras obrigações	(4.352)	420
	(379)	1.156
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.727	1.472
Imposto de renda e contribuição social pagos	(678)	(555)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.049	917
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em obrigações vinculadas a concessão	98	-
Aplicações no imobilizado	(5.297)	(1.514)
Aplicações no intangível	(227)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.426)	(1.514)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Lucros distribuídos	(12)	(114)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12)	(114)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(389)	(711)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.694	4.405
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.305	3.694
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(389)	(711)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
		(reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL	40.693	44.459
Fornecimento de energia elétrica	36.866	43.555
Outras receitas	3.838	925
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11)	(21)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(18.697)	(19.297)
Custos com energia elétrica para revenda	(15.496)	(17.818)
Materiais, serviços e outros	(3.201)	(1.479)
VALOR ADICIONADO BRUTO	21.996	25.162
Depreciação/Amortização	(463)	(481)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	21.533	24.681
VALOR ADICIONADO RECEBIO EM TRANSFERENCIA	7.190	4.766
Aluguéis	652	322
Receitas financeiras	2.007	1.661
Subvenções diversas	4.531	2.783
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	28.723	29.447
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(28.723)	29.447
Pessoal	(4.819)	(4.428)
Remuneração direta	(3.366)	(3.272)
Benefícios	(553)	(397)
Encargos sociais	(900)	(759)
Impostos, taxas e contribuições	(13.350)	(17.441)
Federais	(3.495)	(3.512)
Estaduais	(9.814)	(13.903)
Municipais	(41)	(26)
Encargos do consumidor	(7.708)	(5.876)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(133)	(112)
Programa de eficiência energética - PEE	(131)	(112)
Conta de desenvolv. energético. - CDE	(5.107)	(4.435)
Bandeiras tarifárias	(2.310)	(1.190)
Outros encargos	(27)	(27)
Remuneração de capitais de terceiros	(1.430)	(913)
Juros e variações monetárias	(1.298)	(803)
Aluguéis	(132)	(110)
Outros gastos da concessão	(32)	(6)
Indenização por danos elétricos	(32)	(6)
Remuneração de capitais próprios	(1.384)	(783)
Lucro líquido do exercício	(1.384)	(783)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“FORCEL”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a produção, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vivida, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1.999.

Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 11.177 (R\$ 12.011 em 31 de dezembro de 2021 reapresentado), decorrente, principalmente, do reconhecimento do crédito tributário decorrente de ação judicial transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e seus efeitos, o qual originou obrigações de ressarcir os consumidores em montantes proporcionais ao crédito reconhecido. Em agosto de 2022, foi homologado o processo de revisão tarifária pela ANEEL, Nota técnica nº 168/2022-SGT/ANEEL. Durante o exercício de 2022, o montante de R\$ 7.173 foi ressarcido aos consumidores via processo de revisão tarifária. A administração tem a expectativa de que o saldo de R\$ 6.336 será amortizado no ciclo de revisão tarifária de 2023. Portanto, essas obrigações de ressarcir estão classificadas no passivo circulante enquanto os créditos tributários no ativo não circulante em função de sua expectativa de realização.

A administração entende que a geração de caixa da Empresa neste mesmo período, reverterá a posição do capital circulante líquido demonstrada em 31 de dezembro de 2022, bem como irá gerar caixa adicional para a Empresa.

Impactos da COVID-19

A Empresa não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde o início da pandemia, meados de março de 2020, a Empresa vem mantendo as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores. A Empresa continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cotados aproximadamente a US\$ 80, o barril. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de, aproximadamente, 6,5% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A Empresa não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia nas demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias da Concessionária foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Empresa. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam nas Notas 24 e 25, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas e apresentadas nas demonstrações contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi aprovada de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 04 de agosto de 2023.

2.3. Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação da Aneel, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatórios serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

2.4. Imobilizado

a. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Empresa tem incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

c. Obrigações vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da Concessionária para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

d. Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

Para o exercício de 2022, a partir do novo laudo da revisão tarifária periódica (RTP), processo 48581.001240/2021-00 da nota técnica 180/2021, que estabeleceu os valores da nova base de remuneração, o saldo do imobilizado, tributos diferidos e resultado refletem os efeitos da aplicação desse novo valor homologado.

2.5. Demonstrações de fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Empresa avaliou como não aplicáveis às suas demonstrações contábeis regulatórias normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não há normas ou interpretações emitidas em 2022, mas ainda não vigentes que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa. A partir de 01 de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Empresa:

Revisão e normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamento técnico CPC 50</p> <p>Este pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre contratos de seguro (CPC 11).</p>	IFRS	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Empresa
<p>Revisão de pronunciamentos técnicos nº 20</p> <p>Pronunciamentos técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.</p>	Classification of liabilities as current or non-current; Extension of the temporary exemption from applying IFRS 9; Definition of accounting estimates; Disclosure of accounting policies; Deferred tax related to assets and liabilities arising from a single transaction.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21</p> <p>Pronunciamentos técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.</p>	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Empresa
<p>Alteração no IFRS 16</p> <p>O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback</p>	IFRS 16	Emissão a nível de IABS	01/01/2023	Não aplicável à Empresa

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes de 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021, estão sendo alterados e reapresentados em função da correção de erros de competência de exercícios anteriores descritos abaixo. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com a NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis regulatórias em relação aos valores anteriormente apresentados:

	31/12/2021		01/01/2021
	Resultado	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Saldos originalmente publicados	1.235	10.730	9.583
(a) Contabilização de créditos de PIS e Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS e da Cofins)	(1.910)	7.223	9.133
(b) Contabilização de passivo regulatório com consumidores – ressarcimento de PIS e Cofins aos consumidores referentes aos créditos acima	(526)	(12.380)	(11.855)
(c) Contabilização do ajuste ao valor recuperável dos materiais em depósito	(25)	(25)	-
(d) Contabilização de multa contratual junto ao agente supridor	-	(2.751)	(2.751)
(e) Contabilização de provisão para honorários advocatícios a pagar	936	(1.715)	(2.650)
(f) Contabilização de passivos financeiros setoriais – Bandeiras Tarifárias	1.073	1.073	-
(g) Ajuste referente ao laudo de avaliação da base de remuneração regulatória	-	333	362
	(452)	(8.242)	(7.761)
Saldos reapresentados	783	2.488	1.822

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021:

ATIVO	Ref.	Reapresentado		Publicado	Reapresentado		Publicado
		31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	01/01/2021	Ajustes	31/12/2020
CIRCULANTE		12.127	-	12.127	10.555	-	10.555
Caixa e equivalente de caixa		3.694	-	3.694	4.405	-	4.405
Consumidores		4.747	-	4.747	3.889	-	3.889
Estoques		30	-	30	30	-	30
Tributos a recuperar		31	-	31	34	-	34
Ativos financeiros e setoriais		3.411	-	3.411	1.998	-	1.998
Adiantamento a terceiros		84	-	84	44	-	44
Despesas antecipadas		11	-	11	8	-	8
Outros créditos		119	-	119	147	-	147
NÃO CIRCULANTE		15.828	7.703	8.125	17.699	9.681	8.018
Tributos a recuperar	3.(I)	7.223	7.223	-	9.133	9.133	-
Depósitos judiciais		104	-	104	79	-	79
Tributos diferidos		-	-	-	53	-	53
Outros créditos		152	-	152	153	-	153
Imobilizado	3.(II;V)	8.349	480	7.869	8.281	548	7.733
TOTAL DO ATIVO		27.955	7.703	20.252	28.254	9.681	18.573
PASSIVO							
CIRCULANTE		24.138	15.777	8.361	25.182	17.256	7.926
Fornecedores	3.(III)	5.017	2.751	2.266	5.288	2.751	2.537
Obrigações sociais e trabalhistas		296	-	296	295	(19)	314
Tributos a recolher		1.588	-	1.588	1.297	-	1.297
Encargos setoriais		1.151	-	1.151	2.188	-	2.188
Passivos regulatórios	3.(IV)	769	(1.073)	1.842	580	-	580
Lucros a distribuir		596	-	596	622	-	622
Outras contas a pagar	3.(I)	14.721	14.099	622	14.912	14.524	388
NÃO CIRCULANTE		1.329	168	1.161	1.250	186	1.064
Provisão para contingências	3.(III)	-	(4)	4	85	-	85
Tributos diferidos	3.(V)	172	172	-	186	186	-
Obrigações vinculadas à concessão		1.157	-	1.157	979	-	979
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.488	(8.242)	10.730	1.822	(7.761)	9.583
Capital social		7.257	-	7.257	7.345	-	7.345
Lucros (prejuízos) acumulados		(5.102)	(8.575)	3.473	(5.885)	(8.123)	2.238
Reavaliação regulatória	3.(V)	333	333	-	362	362	-
TOTAL DO PASSIVO		27.955	7.703	20.252	28.254	9.681	18.573

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Ref.	Reapresentado 31/12/2021	Ajustes	Publicado 31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL		47.783	-	47.783
Fornecimento de energia elétrica		43.555	-	43.555
Ativos e passivos regulatórios		1.369	-	1.369
Serviços cobráveis		76	-	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		2.783	-	2.783
(-) Deduções da receita operacional		(16.833)	-	(16.833)
PIS_PASEP		(518)	-	(518)
COFINS		(2.386)	-	(2.386)
ICMS		(13.903)	-	(13.903)
ISSQN		(26)	-	(26)
(-) Encargos - parcela "A"		(5.875)	1.073	(6.948)
(-) Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(112)	-	(112)
(-) Programa de eficiência energética - PEE		(112)	-	(112)
Conta de desenvolv. energético. - CDE		(4.435)	-	(4.435)
Taxa de fisc. dos serv. de serv. de ener. elé - TFSE		(28)	-	(28)
Bandeiras tarifárias	3.(IV)	(122)	1.073	(1195)
Consumidores livres desconto		(1.066)	-	(1.066)
Receita líquida		25.075	1.073	24.002
Custo das atividades operacionais				
Custos com energia elétrica para revenda		(17.818)	(567)	(17.251)
Custos com energia elétrica para revenda - PROINFA		-	568	(568)
		(17.818)	1	(17.819)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		7.257	1.074	6.183
Custos gerenciáveis - parcela "B"		(6.270)	1.010	(7.280)
Pessoal e administradores		(4.642)	(1.308)	(3.334)
Administradores		-	1.093	(1.093)
Material		(194)	-	(194)
Serviços de terceiros	3.(I)	(767)	1.021	(1.788)
Arrendamentos e aluguéis		(115)	-	(115)
Seguros		(32)	(32)	-
Provisões		29	29	-
(-) Recuperação de despesas		272	272	-
Tributos		(65)	(65)	-
Depreciação e amortização		(481)	-	(481)
Gastos diversos		(275)	-	(275)
Outras receitas operacionais	3.(I)	(198)	(2.257)	2.059
Outras despesas operacionais	3.(II)	(256)	(15)	(241)
Resultado da atividade		533	(188)	721
Resultado financeiro		858	(264)	1.122
Receita financeira	3.(I)	1.661	348	1.313
Despesa financeira	3.(I)	(803)	(612)	(191)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.391	(452)	1.843
Imposto de renda e contribuição social		(608)	-	(608)
Correntes		(555)	-	(555)
Diferidos		(53)	-	(53)
Resultado líquido do exercício		783	(452)	1.235

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Reapresentado		Publicado
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.391	(452)	1.843
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	917	89	828
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(1.514)	25	(1.539)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de Financiamento	(114)	(114)	-
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(711)	-	(711)
Caixa equivalentes de caixa			
No início do exercício	4.405	-	4.405
No final do exercício	3.694	-	3.694
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(711)	-	(711)

I. Contabilização de créditos de PIS e Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS e da Cofins)

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 02 de maio 2019, onde, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de junho de 2021, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Considerando a natureza do crédito e, ainda que no âmbito regulatório o tema está sendo avaliado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, visto que a mesma avalia e considera que os valores, resultado do sucesso da ação, que devem ser devolvidos ao consumidor, durante o cada exercício. Em 27 de Junho de 2022 foi publicada a Lei de Nº 14.385 que adotou o entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial devem ser ressarcidos aos consumidores de forma integral mediante critérios equitativos considerados no procedimento de revisão tarifária, Como citado no "Art. 3º-B A Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)".

Dessa forma, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a recuperar) e passivo (Outras contas a pagar), sendo registrado no resultado apenas a diferença monetária apurada entre a correção mensal aplicada, resultando na atualização do saldo do crédito a Compensar da concessionária e o Saldo a devolver para Consumidores. Também realizou-se a Provisão com serviços Jurídicos na proporção de 30% (trinta por cento) do saldo a recuperar, a apropriação da despesa ocorrerá mensalmente de acordo com o montante de créditos compensados.

A fim de constituir o saldo do crédito de Tributos a recuperar – Ativo Não Circulante, elaborou-se a composição anual dos valores obtidos a título de atualização monetária, que corresponde a aplicação da taxa Selic sobre montante do saldo, bem com o saldo compensado no exercício com o débito dos impostos federais passíveis de compensação.

A partir da publicação da regulamentação para devolução dos créditos aos consumidores, na tempestiva revisão tarifária ciclo 2022/2023 realizada pela Aneel, foram considerados a somatória do valor total do

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

crédito compensado desde a sua homologação a título de devolução ao consumidor, bem como a projeção de saldo a compensar até o próximo ciclo de revisão tarifária. Esta informação está vinculada no arquivo SPARTA disponibilizado pela Aneel.

Sendo assim, em contrapartida à composição do Crédito de Tributos a recuperar, creditou-se em Passivo Circulante – Outras Contas a pagar, o mesmo valor a título de saldo de devolução ao consumidor, conforme determina a legislação. Da mesma forma que o crédito do Ativo, o saldo do Passivo também sofreu correção mensal pela Selic durante os exercícios.

Pelo reconhecimento dos Débitos e Créditos nas contas patrimoniais, os valores a título de correção monetária foram registrados no resultado, sendo R\$ 347 referente a Receitas Financeiras e -R\$ 612 para com Despesa financeira.

A legislação não versa sobre o rateio ou outra formada de diluição os honorários advocatícios entre as partes beneficiárias, sendo deste modo então os honorários absorvidos integralmente pela Concessionária e registrados como despesa. O valor R\$ 2.651 foi reconhecido no Passivo Circulante – Outras Contas a pagar.

Os valores pagos a título de serviços jurídicos, apropriados em despesas jurídicas no exercício 2021, foram estornados do Resultado (R\$ 1.021). A composição de R\$ 1.021 refere-se ao pagamento do exercício corrente (R\$ 612), bem como a reversão da provisão (R\$ 409) da apropriação com despesas jurídicas realizada em novembro/2021.

A fim de realizar o lançamento em tempo oportuno, os saldos constituídos foram registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido – Reserva Lucros.

II. Contabilização do ajuste ao valor recuperável dos materiais em depósito

Conforme item 9 do CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. As estimativas para perdas com ativos são baseadas em premissas sobre o risco de que o custo médio histórico registrado contabilmente não exceda, nas condições existentes, o valor novo de reposição.

Os materiais classificados no ativo circulante destinados a investimentos, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Conforme apontado pelo relatório de auditor independente, devido ao seu valor relevante, não há previsão para realização deste estoque até o final da concessão (2045), levando em consideração a aplicação histórica.

A fim de realizar avaliação do valor recuperável desse ativo, buscou-se evidências através da abordagem de pesquisa de mercado, item a item, com o objetivo de realizar o registro do valor experimentado nas situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo menor valor entre o custo médio, valor da última compra e valor de mercado. O saldo obtido para os anos de 2021 e 2022 foram reconhecidos no resultado do exercício. Como critério de ajuste a valor presente do exercício de 2021, ao valor de mercado foi aplicado o índice de 10,06% (IPCA acumulado 2021) a título de desinflacionar o bem, bem como redução ao valor líquido de impostos (federais e estaduais).

III. Contabilização de multa contratual junto ao agente supridor

A relação civil contratual existente entre unidade Supridora Copel e a unidade Suprida Forcel, constitui-se de contrato compra e venda de energia elétrica nº 02/2015 firmado em 01/2015, e posteriormente celebrou-se termo aditivo 736/2016 alterando os montantes mensais de energia contratada inicialmente. Porém, nesse período houve redução da quantidade de MWh adquiridos da supridora, em função da migração de consumidores para ACL. Ao final do exercício a supridora emitiu fatura de R\$ 5.780 mil relativa ao montante de energia não adquirida, fora da faixa de tolerância.

O referido valor permanece em discussão judicial, porém a importância em discussão após mediação pela ANEEL é de R\$ 2.751, conforme nota fiscal nº 171476608. Sendo assim, a importância foi reconhecida

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inicialmente no Passivo Circulante – Contas a Pagar – Fornecedores em contrapartida Custo de Energia comprada para revenda.

IV. Contabilização de passivos financeiros setoriais – Bandeiras Tarifárias

Durante o exercício de 2021 houve acionamento de bandeiras tarifárias, que repassa de forma imediata o aumento de custo na geração para o consumidor, e assim a concessionária recolheu nesse período os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias.

Após a contabilização e liquidação financeira no MCP (mercado de curto prazo) pela CCEE (câmara de comercialização de energia elétrica), a apuração do valor da concessionária nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2021 equivalente a R\$ 1.073, deixou de ser reconhecida em período oportuno no resultado. Sendo possível, após composição do saldo, efetuar o devido reconhecimento contábil em conta de resultado do montante apurado.

V. Ajuste referente ao laudo de avaliação da base de remuneração regulatória

De acordo com o laudo de avaliação para a quarta revisão tarifária periódica (RTP), processo 48500.000027/2016-63 da nota técnica nº 274/2016 (Resolução Homologatória nº 2.129, de 23 de agosto de 2016), a ANEEL estabeleceu os valores da base de remuneração. Os ajustes foram realizados para correção do saldo do ativo imobilizado, do passivo em tributos diferidos e o efeito da movimentação no resultado. Para o exercício de 2022, a partir do novo laudo da RTP, processo 48581.001240/2021-00 da nota técnica 180/2021, que estabeleceu os valores da nova base de remuneração, o saldo do imobilizado, tributos diferidos e resultado refletem os efeitos da aplicação desse novo valor homologado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Contas bancárias à vista	184	1.091
Aplicações financeiras – equivalentes de caixa (a)	3.121	2.603
	3.305	3.694

- a. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários de liquidez imediata, sem um prazo estabelecido para o resgate, podendo esse ser efetuado a qualquer momento, sem perdas significativas de rendimentos, remunerados a uma taxa média entre 95% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2022 e 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores

	2022	2021
Residencial	776	1.498
Indústria	1.000	1.434
Comércio	453	899
Rural	186	299
Poder público	73	115
Iluminação pública	56	114
Serviço público	72	121
Luz fraterna	8	9
Outros	24	296
	2.648	4.785
Provisão para perdas de créditos esperadas	(32)	(38)
	2.616	4.747

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 10% ou mais da receita anual.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2022	2021
A vencer	2.297	4.258
Vencidos até 90 dias	287	496
Vencidos de 91 a 180 dias	31	3
Vencidos de 181 a 360 dias	8	6
Vencidos de 361 em diante	25	22
	2.648	4.785

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(38)	(17)
Constituição	(11)	(21)
Write-off da provisão	17	-
Saldo final	(32)	(38)

6. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado		
Serviços de terceiros		
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	(638)	(614)
Aluguéis		
Fábio Berger (b)	(26)	(77)
Gastos diversos		
Máxima FM Ltda. (c)	(19)	(13)
	<u>(683)</u>	<u>(704)</u>

- a. Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. – integra o quadro societário da respectiva empresa a Sra. Tatiane Berger, filha do Sr. Fábio Berger que é administrador e quotista da Concessionária. Os serviços contratados pela Empresa referem-se a honorários advocatícios.
- b. Fábio Berger – administrador e quotista da Empresa. As despesas com aluguéis referem-se ao contrato de imóvel comercial.
- c. Máxima FM Ltda. – integra o quadro societário da respectiva empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 336 (2021: R\$ 835).

7. Tributos a recuperar

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos a recuperar – Não circulante

	2022	2021
Saldo inicial	7.223	9.133
Correção monetária	754	348
Compensação com débitos tributários	(2.111)	(2.258)
Outros tributos estaduais	12	-
Saldo final	5.878	7.223

Saldos por tributo

	2022	2021
Pis a compensar	447	845
COFINS a compensar	5.419	6.378
ICMS a compensar	12	-
Saldo final	5.878	7.223

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos financeiros setoriais

	2022	2021
Custos de energia comprada para revenda - CVA energia	1.046	2.951
Prog. incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	169	48
Transporte de energia RB	11	25
Transporte de energia - Itaipu	73	43
Conta de desenvolvimento energético - CDE	671	269
Neutralidade da parcela A	-	75
Sobrecontratação de energia	140	-
Encargos de serviço do sistema	158	-
Total	2.268	3.411

Passivo circulante

	2022	2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	129
Neutralidade da parcela A	30	138
Bandeiras tarifárias	-	390
Outros	4.348	112
Total	4.378	769

Passivos financeiros setoriais - OUTROS

	2022	2021
Ultrapassagem de demanda	46	25
Excedente reativo	132	87
Demais passivos financeiros setoriais - Despacho 1959/2022	505	-
Devolução de crédito de Pis/Cofins - Sem base ICMS	3.665	-
Total	4.348	112

A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela "A") que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário e são atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL em cada reajuste tarifário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Sistema de Bandeiras Tarifárias foi instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da resolução nº. 547 de maio de 2013, e está em vigor em todo o país desde o dia 1º de janeiro de 2015. O valor consignado no passivo da Empresa corresponde a arrecadação por meio das faturas de energia elétrica, líquida dos impostos, o qual deve ser repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ou compensado com os custos que integram a CVA consignada em conta ativa.

9. Imobilizado e intangível

Por natureza, o imobilizado da Empresa está constituído da seguinte forma:

	2022			2021
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	(representado) Valor líquido
Terrenos	1.156	-	1.156	395
Reservatórios e barragens	-	-	-	14
Edificações e benfeitorias	2.564	(2.439)	125	64
Máquinas e equipamentos	21.496	(13.633)	7.863	5.942
Veículos	1.131	(6)	1.125	335
Móveis e utensílios	706	(183)	523	7
Materiais em depósito	2.198	-	2.198	1.592
	29.251	(16.261)	12.990	8.349

Por natureza, o intangível da Empresa está constituído da seguinte forma:

	2022			2021
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	693	(465)	228	-
	693	(465)	228	-

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas peças resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

Descrição do ativo	Taxa média depreciação (a.a.)
Estrutura	3,57%
Condutor	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador	4,35%
Veículos	14,29%
Equipamentos em geral	6,25%
Edificações	3,33%

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão para efeitos de determinação da tarifa, bem como para a apuração da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos de imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	VNR VOC	Adições	Inventário de Estoque	Baixas	Transferências	VNR Depreciação VOC	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Reservatórios e barragens	14	-	-	-	(14)	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	12	-	207	-	(217)	-	-	(2)	-
Máquinas e equipamentos	108	-	234	-	(473)	139	-	(8)	-
Móveis e utensílios	-	-	10	-	(10)	-	-	-	-
	135	-	451	-	(715)	139	-	(10)	-
Distribuição									
Terrenos	350	342	22	-	-	-	-	-	714
Edificações e benfeitorias	52	2.167	22	-	-	-	(2.135)	(7)	99
Máquinas e equipamentos	5.807	9.707	1.177	-	(982)	539	(8.070)	(386)	7.792
Veículos	234	-	1.427	-	(494)	-	-	(42)	1.125
Móveis e utensílios	1	34	161	-	(94)	-	(34)	(3)	65
	6.444	12.250	2.809	-	(1.570)	539	(10.239)	(438)	9.795
Administração									
Terrenos	44	401	-	-	-	(3)	-	-	442
Edificações, obras e benfeitorias	-	63	-	-	-	3	(40)	-	26
Máquinas e equipamentos	27	26	46	-	-	-	(23)	(4)	72
Veículos	101	-	-	-	(85)	-	-	(16)	-
Móveis e utensílios	6	41	538	-	(1)	(58)	(41)	(28)	457
	178	531	584	-	(86)	(58)	(104)	(48)	997
Ativo imobilizado em curso									
Distribuição									
Material em depósito	1.592	-	1.453	551	(720)	(678)	-	-	2.198
	8.349	12.781	5.297	551	(3.091)	(58)	(10.343)	(496)	12.990

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do imobilizado inclui R\$ 2.943 referentes a reavaliação decorrente da Revisão Tarifária Periódica (2021: R\$ 505), líquidos de depreciação acumulada.

Movimentação dos saldos de intangível

	Saldos em 31/12/2021	VNR VOC	Adições	Baixas	Transferências	VNR Depreciação VOC	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço								
Administração								
Intangíveis	-	157	227	(41)	58	(157)	(16)	228
	-	157	227	(41)	58	(157)	(16)	228

No ano de 2021 foi realizada a Quinta Revisão Tarifária Periódica, a qual homologou uma nova BRR (base de remuneração regulatória) para os ativos. Com base no processo: 48500.004628/2020-21 da nota técnica nº 139/2021-SFF/ANEEL, a ANEEL estabeleceu os valores de referência para da Base de Remuneração. Desse modo, foram realizados ajustes contábeis e no respectivo controle patrimonial regulatório de acordo com a homologação desta base remuneratória quando da publicação da respectiva resolução.

10. Fornecedores

	2022	2021
		(reapresentado)
Fornecedores de energia elétrica	3.487	4.506
Fornecedores de materiais e serviços	544	511
	4.031	5.017

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a recolher

	2022	2021
IRPJ	29	2
CSLL	14	3
PIS	28	33
COFINS	118	153
ICMS	314	1.392
ISS	7	2
OUTROS	11	3
	521	1.588

A partir do mês de novembro/2018, a Empresa passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A redução do saldo a recolher está vinculada diretamente ao valor de ICMS, que através da Lei 194 de junho de 2022 que determina a aplicação de alíquotas de ICMS pelo piso (18%) para o estado do Paraná.

12. Encargos setoriais

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	2022	2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE	461	941
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	-	70
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	256	46
Programa de eficiência energética	-	82
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico	-	8
Outros	-	4
	717	1.151

13. Outras contas a pagar

	2022	2021
		(reapresentado)
Compra de energia microgeração	537	377
Consumidores PIS/COFINS a compensar	6.336	11.855
(-) Honorários advocatícios - Teodoro Oliveira Assessoria Ltda	1.637	2.155
Redução tarifária 22/23 - Classe A	335	-
Outros	185	334
	9.030	14.721

A partir Lei 14.385 de 27 de junho de 2022, que define que os valores pagos a maior pelos consumidores de energia pela incidência de ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS deverão ser devolvidos por meio da tarifa de energia, na forma integral, os valores obtidos. A conta de consumidores PIS/COFINS a compensar refere-se ao saldo total do crédito, pertencente ao consumidor, que é corrigido mensalmente através da Selic, e que está à disposição para transferência para Passivos Financeiros setoriais a título de composição das revisões tarifárias seguintes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para contingências

A Empresa é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que as providências legais já tomadas em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Empresa, sendo reavaliadas periodicamente.

Assim, com base na opinião dos assessores jurídicos, há prognóstico de perda possível para algumas ações em que a Empresa é polo passivo e que serão confirmadas apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Empresa e que, neste caso, conforme determina a NBC TG 25 (R1), são classificadas como de perda possível, não sendo requerido o registro passivo dos valores envolvidos. Essas contingências correspondem ao valor de R\$3.352 decorrentes de processos cíveis (2021: R\$ 1.267).

15. Obrigações vinculadas à concessão

Os montantes representam os valores atrelados à participação financeira do consumidor, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Conforme a resolução normativa nº 1000/2021 a distribuidora deve atender gratuitamente às solicitações de fornecimento para unidades consumidoras conforme seção XVI – Da conexão gratuita. Portanto a participação financeira do consumidor consiste em bens e instalações oriundos de obras de atendimento previstos na Capítulo II – Da Conexão, Seções XVII e XVIII da resolução normativa nº 1000/2021 sendo assim arcada parcial ou totalmente pelo consumidor. Os bens e instalações oriundo das obras devem ser cadastrados e incorporados no ativo imobilizado em serviço da distribuidora e reconhecidos no grupo de outros passivos não circulantes, conforme orienta o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

	2022	2021
Participação financeira do consumidor	903	884
(-) Participação financeira do consumidor - amortização	(410)	(373)
Bens recebidos por doação	761	761
(-) Bens recebidos por doação - amortização	(148)	(115)
P&D aplicados no ativo imobilizado	50	-
(-) P&D aplicados no ativo imobilizado - amortização	(1)	-
	1.155	1.157

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

	2022 e 2021	
	Quotas	Valor total
Prefeitura municipal de Coronel Vívuda	972.199	972
Outros quotistas	6.284.335	6.285
	7.256.534	7.257

Em 19 de maio de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração e consolidação da 28ª alteração contratual, que tratou da retirada da sociedade de Moacir Francisco Stellerd através transferência de cotas ao sócio majoritário Fabio Berger, não resultando, porém, em alteração no total de cotas e do capital social.

Em 25 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social, no montante de R\$ 88, decorrente da saída de sócios pessoas físicas da sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, o montante permanece registrado no passivo circulante, no grupo de lucros a distribuir.

b. Destinação dos lucros

Os lucros apurados após o término de cada exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram distribuídos lucros de exercícios anteriores aos sócios, no montante de R\$ 12 (2021: R\$ 114)

c. Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita líquida

	2022	2021
Fornecimento de energia elétrica		(reapresentado)
Residencial	9.344	12.601
Industrial	16.691	17.859
Comercial	6.073	7.410
Rural	2.074	2.463
Poder público	922	1.003
Serviço público	897	1.026
Iluminação pública	865	1.193
	36.866	43.555
Ativos e passivos setoriais		
Constituição e amortização energia	(1.251)	947
Constituição e amortização PROINFA	53	66
Constituição e amortização rede básica	(14)	(5)
Constituição e amortização transporte de energia elétrica Itaipu	27	232
Constituição e amortização encargos de serviços de sistema	(191)	289
Constituição e amortização CDE	494	(155)
Constituição e amortização neutralidade parcela A	(35)	(395)
Constituição e amortização ultrapassagem e demanda	30	10
Constituição e amortização ultrapassagem excedente reativo	293	23
Constituição e amortização recuperação de PIS e COFINS	2.391	-
Constituição e amortização risco outros	1.455	357
Sobrecontratação de energia	205	-
	3.457	1.369
Serviços cobráveis		
Serviços taxados	91	76
	91	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		
Subvenção subsídio tarifário	4.380	2.610
Subvenções vinculadas ao serviço concedido - baixa renda	151	173
	4.531	2.783
(-) Impostos incidentes sob receita		
PIS	(494)	(518)
COFINS	(2.281)	(2.386)
ICMS	(9.814)	(13.903)
ISS	(41)	(26)
	(12.630)	(16.833)
(-) Encargos do consumidor		
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	(55)	(45)
Fundo nacional de desenv. científico e tecnológico - FNDCT	(52)	(45)
Ministério de minas e energia - MME	(26)	(22)
Programa de eficiência energética - PEE	(105)	(90)
Procel	(26)	(22)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.108)	(4.435)
Taxas de fiscalização	(27)	(27)
Bandeira tarifárias	-	(122)
Consumidores livres - desconto	(2.310)	(1.067)
	(7.709)	(5.875)
Receita líquida	24.606	25.075

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

Apresentamos a seguir o total de consumidores da FORCEL beneficiados pelos referidos Programas em 2022 e 2021:

	2022		2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	5.717	87%	5.605	87%
Número de consumidores atendidos como “baixa renda”	512	8%	540	8%
Número de consumidores atendidos como luz fraterna	347	5%	281	4%
	6.576	100%	6.426	100%

Os dados do faturamento por classe de consumidores atendidos podem ser apresentados conforme quadro a seguir:

	Qtde. consumidores		MW/h		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Residencial	6.576	6.426	11.981	11.859	9.344	12.601
Industrial	245	231	45.146	43.616	16.691	17.859
Comercial	831	809	8.202	7.995	6.073	7.410
Rural	748	735	3.607	3.721	2.074	2.463
Poder público	97	97	1.186	979	922	1.003
Serviço público	10	10	1.540	1.429	897	1.026
Iluminação pública	1	1	1.671	1.692	865	1.193
Outros	3	3	46	70	-	-
	8.511	8.312	73.379	71.361	36.866	43.555

18. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	(15.744)	(18.492)
(-) Cofins não cumulativo	1.102	1.020
(-) Pis não cumulativo	239	221
Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA	(1.093)	(567)
	(15.496)	(17.818)

19. Pessoal e administradores

	2022	2021
Salários	(3.038)	(3.155)
Encargos	(1.007)	(964)
Outros	(958)	(523)
	(5.003)	(4.642)

20. Serviços de terceiros

	2022	2021
Sistemas de informação	(488)	(360)
Correio e telefone	(24)	(25)
Serviços jurídicos	(31)	(30)
Consultoria e auditoria	(174)	(247)
Honorários contábeis externos	(36)	-
Assessoria técnica	(70)	(63)
Manutenção e conservação	(231)	(1)
Serviços de leituristas	(637)	-
Uniforme e materiais de segurança	(32)	-
Gerenciamento energia elétrica na CCEE	(26)	-
Projetos e instalações e laudos técnicos	(62)	-
Fretes, passagens e viagens	(26)	-
Outros	(132)	(41)
	(1.969)	(767)

21. Outras receitas operacionais

	2022	2021
		(reapresentado)
Prestação de serviços	46	68
Aluguéis	652	322
Recuperação de PIS e COFINS (a)	(463)	(816)
Outras receitas	708	228
	943	(198)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

Receitas financeiras	2022	2021
		(reapresentado)
Rendimento de aplicações financeiras	266	127
Atualização monetária CVA	128	102
Atualização monetária PIS e COFINS	890	1.160
Outras receitas financeiras	723	272
	2.007	1.661
Despesas financeiras		
Atualização monetária CVA	(76)	(6)
Variações monetárias	(105)	(56)
Outras despesas financeiras	(1.118)	(741)
	(1.299)	(803)
Resultado financeiro	708	858

23. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (a)	2.129	1.843
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL	(724)	(627)
(Adições) exclusões, liquidadas	4	19
IRPJ e CSLL	(720)	(608)
Compensação de prejuízo fiscal base negativa	-	53
Despesa de IRPJ e CSLL	(720)	(555)
Alíquota efetiva	34%	30%

(a) O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social referente ao exercício de 2021 está sendo apresentado antes dos ajustes de reapresentação, conforme descrito na nota 3.

Não houve movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os tributos diferidos estão contabilizados sobre as seguintes bases:

	2022	2021
Reavaliação regulatória (revisão tarifária periódica)	1.001	172
Tributos diferidos	1.001	172


Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Ativo	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE	8.642	-	8.642	12.127	-	12.127
Caixa e equivalente de caixa	3.305	-	3.305	3.694	-	3.694
Consumidores	2.616	-	2.616	4.747	-	4.747
Estoques	59	-	59	30	-	30
Tributos a recuperar	63	-	63	31	-	31
Ativos regulatórios	2.268	-	2.268	3.411	-	3.411
Adiantamento a terceiros	(d)	(173)	173	84	-	84
Despesas antecipadas	-	-	-	11	-	11
Outros créditos	(d)	173	158	119	-	119
NÃO CIRCULANTE	19.362	(4.098)	15.264	15.828	(1.662)	14.166
Tributos compensáveis	5.878	-	5.878	7.223	-	7.223
Depósitos judiciais	89	-	89	104	-	104
Outros créditos	177	-	177	152	-	152
Ativo financeiro de concessão	(a)	505	505	-	461	461
Imobilizado	(a)/(b)/(c)	12.990	-	8.349	(8.203)	146
Intangível	(b)	228	8.615	-	6.080	6.080
Total do ativo	28.004	(4.098)	23.906	27.955	(1.662)	26.293
PASSIVO	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE	19.819	-	19.819	24.138	-	24.138
Fornecedores	4.031	-	4.031	5.017	-	5.017
Empréstimos e financiamentos	262	-	262	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	296	-	296	296	-	296
Tributos a recolher	521	-	521	1.588	-	1.588
Encargos setoriais	717	-	717	1.151	-	1.151
Passivos regulatórios	4.378	-	4.378	769	-	769
Lucros a distribuir	584	-	584	596	-	596
Outras contas a pagar	9.030	-	9.030	14.721	-	14.721
NÃO CIRCULANTE	2.679	(2.156)	523	1.329	(1.329)	-
Empréstimos e financiamentos	523	-	523	-	-	-
Tributos diferidos	1.001	(1.001)	-	172	(172)	-
Obrigações vinculadas à concessão	1.155	(1.155)	-	1.157	(1.157)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.506	(1.942)	3.564	2.488	(333)	2.155
Capital social	7.257	-	7.257	7.257	-	7.257
Prejuízos acumulados	(3.693)	-	(3.693)	(5.102)	-	(5.102)
Reavaliação regulatória	1.942	(1.942)	-	333	(333)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	28.004	(4.098)	23.906	27.955	(1.662)	26.293

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Os ajustes são decorrentes da parcela dos bens imobilizados integrantes da concessão que não serão amortizados ou depreciados até o prazo final da concessão, deduzidas das “obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica”. São reconhecidas como um ativo financeiro da concessão na contabilidade societária, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão.

(b) Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Empresa de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão.

(c) Os ajustes são decorrentes dos montantes que representam os valores atrelados à participação financeira do consumidor, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Os bens e instalações oriundo das obras devem ser cadastrados e incorporados no ativo imobilizado em serviço da distribuidora e reconhecidos no grupo de outros passivos não circulantes, conforme orienta o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Os ajustes são decorrentes da reclassificação de contas de acordo com o MCSE (manual de contabilidade do setor elétrico)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do resultado do exercício regulatório e societário

	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL	44.945	913	45.858	47.783	969	48.752
Fornecimento de energia elétrica	36.866	-	36.866	43.555	-	43.555
Ativos e passivos regulatórios	3.457	-	3.457	1.369	-	1.369
Serviços cobráveis	91	-	91	76	-	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas	4.531	-	4.531	2.783	-	2.783
Receita de construção	(a)	913	913	-	969	969
(-) Deduções da receita operacional	(12.630)	-	(12.630)	(16.833)	-	(16.833)
PIS_PASEP	(494)	-	(494)	(518)	-	(518)
COFINS	(2.281)	-	(2.281)	(2.386)	-	(2.386)
ICMS	(9.814)	-	(9.814)	(13.903)	-	(13.903)
ISSQN	(41)	-	(41)	(26)	-	(26)
(-) Encargos - Parcela "A"	(7.709)	1	(7.708)	(5.875)	1	(5.876)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(133)	-	(133)	(112)	-	(112)
Programa de eficiência energética - PEE	(131)	-	(131)	(112)	-	(112)
Conta de desenvolv. energético - CDE	(5.108)	-	(5.108)	(4.435)	-	(4.435)
Taxa de fisc. dos serv. de serv. de ener. elé - TFSE	(27)	-	(27)	(27)	-	(27)
Bandeiras tarifárias	-	-	-	(122)	-	(122)
Consumidores livres desconto	(2.310)	1	(2.309)	(1.067)	1	(1.068)
Receita líquida	24.606	914	25.520	25.075	968	26.043
Custo das atividades operacionais	(15.496)	(4.861)	(20.357)	(17.818)	(3.722)	(21.540)
Custos com energia elétrica para revenda	(15.496)	-	(15.496)	(17.818)	-	(17.818)
Custos de operação	(a)	(3.948)	(3.948)	-	(2.753)	(2.753)
Custos de construção	(a)	(913)	(913)	-	(969)	(969)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	9.110	(3.947)	5.163	7.257	(2.754)	4.503
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(8.399)	3.969	(4.430)	(6.270)	2.730	(3.540)
Pessoal e administradores	(5.003)	2.452	(2.551)	(4.642)	2.167	(2.475)
Material	(a)	(566)	364	(194)	155	(39)
Serviços de terceiros	(a)	(1.969)	670	(767)	18	(749)
Arrendamentos e aluguéis	(a)	(193)	61	(132)	4	(111)
Impostos e taxas e tarifas	(a)	(77)	14	(65)	10	(55)
Seguros	(a)	(53)	49	(32)	22	(10)
Provisões	(a)	(121)	110	29	-	29
(-) Recuperação de despesas	(a)	313	(282)	272	(217)	55
Depreciação e amortização	(a)	(463)	400	(481)	431	(50)
Gastos diversos	(a)	(267)	131	(275)	140	(135)
Outras receitas operacionais	943	-	943	(198)	-	(198)
Outras despesas operacionais	(258)	3	(255)	(256)	24	(232)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	685	3	688	(454)	24	(430)
Resultado da atividade	1.396	25	1.421	533	-	533
Resultado financeiro	708	-	708	858	-	858
Receita financeira	2.007	-	2.007	1.661	-	1.661
Despesa financeira	(1.299)	-	(1.299)	(803)	-	(803)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.104	25	2.129	1.391	-	1.391
Imposto de renda e contribuição social	(720)	-	(720)	(608)	-	(608)
Correntes	(720)	-	(720)	(555)	-	(555)
Diferidos	-	-	-	(53)	-	(53)
Lucro líquido do exercício	1.384	25	1.409	783	-	783

A seguir são detalhadas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Desta forma, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Estes valores são de reconhecimento obrigatório pela ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, não sendo adotadas, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

26. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

A Empresa não realizou operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entende que tais valores são muito próximos aos respectivos valores justos.

Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros		2022	2021
Caixa e equivalentes (Nota 4)	Custo amortizado	184	1.091
Aplicações financeiras (Nota 4)	VJR	3.121	2.603
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	2.616	4.747
Passivos financeiros			
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	4.031	5.017

27. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	2022	2021
Veículos	5.760	33
Vida	7.192	3

28. Eventos subsequentes

Decisões transitadas em julgado pelo STF

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Empresa avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Empresa entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

